

CAPITÃO - COMPARATIVO DE EDITAIS

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DIREITO PROCESSUAL PENAL	
EDITAL DE 2012	EDITAL DE 2018
1) Da norma processual penal: conceito e conteúdo; espécie, fontes.	Da norma processual penal: conceito e conteúdo; espécie, fontes.
2) Processo e procedimento: relação processual; sujeitos processuais (juiz, partes, réu ou acusado, ofendido, Ministério Público, assistente).	Processo e procedimento: relação processual; sujeitos processuais (juiz, partes, réu ou acusado, ofendido, Ministério Público, assistente).
3) Da polícia judiciária: funções, inquérito policial, autoridades policiais e seus agentes, desenvolvimento do Inquérito policial.	Da polícia judiciária: funções, inquérito policial, autoridades policiais e seus agentes, desenvolvimento do Inquérito policial.
4) Da ação penal: conceituação, classificação penal, condições, decadência, prescrição, preclusão, renúncia, perda e perempção; da ação penal pública; da ação penal privada; da ação penal subsidiária da pública; da extinção da ação penal.	Da ação penal: conceituação, classificação penal, condições, decadência, prescrição, preclusão, renúncia, perda e perempção; da ação penal pública; da ação penal privada; da ação penal subsidiária da pública; da extinção da ação penal.
5) Da competência.	Da competência.
6) Da restituição das coisas apreendidas.	Da restituição das coisas apreendidas.
7) Das medidas assecuratórias.	Das medidas assecuratórias.
8) Do incidente de insanidade mental do acusado.	Do incidente de insanidade mental do acusado.
9) Da citação, notificação e intimação.	Da citação, notificação e intimação.
10) Da prova: conceito, finalidade e obrigatoriedade; do exame de corpo de delito e perícias em geral; do interrogatório do acusado e da confissão; do ofendido; da testemunha; do reconhecimento; da acareação; dos documentos; da busca e apreensão.	Da prova: conceito, finalidade e obrigatoriedade; do exame de corpo de delito e perícias em geral; do interrogatório do acusado e da confissão; do ofendido; da testemunha; do reconhecimento; da acareação; dos documentos; da busca e apreensão.
11) Da prisão: conceituação; ordem escrita e seus requisitos; local de prisão e perseguição; prisão especial; prisão em flagrante delito; prisão preventiva.	Da prisão: conceituação; ordem escrita e seus requisitos; local de prisão e perseguição; prisão especial; prisão em flagrante delito; prisão preventiva.
12) Da liberdade provisória, com ou sem fiança.	Da liberdade provisória, com ou sem fiança.
13) Da sentença.	Da sentença.
14) Do processo de competência do júri.	Do processo de competência do júri.
15) Do processo sobre crimes de responsabilidade dos funcionários públicos.	Do processo sobre crimes de responsabilidade dos funcionários públicos.
16) Do "habeas corpus".	Do "habeas corpus".
17) Da legislação especial: do abuso de autoridade (Lei nº 4.898/65); Lei de Drogas, Lei nº 11.343/2006; da prisão temporária (Lei nº 7.960/89); Juizados Especiais Criminais (Lei nº 9.099/95); Lei nº 9.299/96; Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9.503/97 - cap.XIX). 18) Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006)	Da legislação especial: do abuso de autoridade; Lei de Drogas; Lei da prisão temporária; Lei Juizados Especiais Criminais; Código de Trânsito Brasileiro - cap. XIX.
19) "Código de Processo Penal" (Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 - e suas alterações posteriores, em especial às leis 11.689/08; 11.690/08; 11.719/08; 11.900/09 e 12.403/11).	...

CONCLUSÃO: conteúdo programático de 2018 IDÊNTICO ao de 2012.

CAPITÃO - COMPARATIVO DE EDITAIS CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DIREITO PENAL	
EDITAL DE 2012	EDITAL DE 2018
1) Garantias penais fundamentais da Constituição;	Princípios Constitucionais Penais: princípio da legalidade e princípio da reserva legal; princípio da intervenção mínima e princípio da fragmentariedade; princípio da culpabilidade; princípio da dignidade da pessoa humana; princípio da ofensividade; princípio da insignificância; princípio da adequação social; princípio da proporcionalidade; mandados de criminalização, de descriminalização e despenalização.
2) Da aplicação da lei penal;	Teoria da Norma Penal: norma penal; fontes do direito penal; interpretação das leis penais; lei penal no tempo; teoria da atividade; lei penal no espaço; conflito aparente de normas; prazos penais.
3) Do crime (teoria geral);	Teoria Geral do Delito: conceito de delito; classificação das infrações penais; concurso de crimes; conduta punível; ação e omissão; nexos causal; relação de causalidade e resultado; teoria do bem jurídico; iter criminis; desistência voluntária e arrependimento eficaz; consumação e tentativa; crime impossível. Tipicidade: conceito; teoria do tipo penal; tipo de injusto doloso e culposos; elementos subjetivos e objetivos do tipo; erro de tipo. Illicitude: conceito; ilicitude material e formal; causas legais de justificação; causas supralegais de justificação; excesso nas causas de justificação.
4) Da imputabilidade penal;	Culpabilidade: conceito; teorias da culpabilidade; elementos da culpabilidade; causas de exclusão da culpabilidade; causas de diminuição da culpabilidade; coculpabilidade. Condenação criminal e seus efeitos
5) Do concurso de pessoas;	Do concurso de pessoas.
6) Das penas: a. Das espécies de pena; b. Da cominação das penas; c. Da aplicação da pena; d. Da execução da pena - Lei nº 7.210/84;	...
7) Da suspensão condicional da pena;	Dos crimes contra o patrimônio (arts. 155 a 183);
8) Do livramento condicional;	...
9) Dos efeitos da condenação;	Condenação criminal e seus efeitos.
10) Da reabilitação.	...
11) Das medidas de segurança.	...
12) Da ação penal.	Ação penal; condições da ação; espécies de ação: ação penal pública incondicionada; ação penal pública condicionada; ação penal privada e ação penal privada subsidiária da pública; decadência do direito de representação e de queixa; composição civil dos danos e transação penal nas infrações de menor potencial ofensivo; suspensão condicional do processo.
13) Da extinção da punibilidade.	Extinção da punibilidade: conceito; causas legais de extinção da punibilidade; prescrição.
14) Crimes contra a pessoa (arts. 121 a 154).	Crimes contra a honra (arts. 138 a 145);

CAPITÃO - COMPARATIVO DE EDITAIS

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

15) Crimes contra o patrimônio (arts. 155 a 183).	Crimes contra o patrimônio
16) Crimes contra a propriedade imaterial (arts. 184 a 196).	...
17) Crimes contra a organização do trabalho (arts. 197 a 207).	...
18) Crimes contra o sentimento religioso e contra o respeito aos mortos (arts. 208 a 212).	...
19) Crimes contra a dignidade sexual (art. 213 à 234-c)	...
20) Crimes contra a família (arts. 235 a 249).	...
21) Crimes contra a incolumidade pública (arts 250 a 285).	Dos crimes contra a saúde pública (arts. 267 a 285)
22) Crimes contra a paz pública (arts. 286 a 288).	...
23) Crimes contra a fé pública (arts. 289 a 311).	Dos crimes contra a fé pública (arts. 289 a 311-A)
24) Crimes contra a administração pública (arts. 312 a 359).	Dos crimes contra a administração pública; conceito de funcionário público para fins penais; crimes praticados por funcionário público contra a Administração em geral; crimes praticados por particular contra a Administração em geral; crimes contra a Administração da Justiça; crimes contra as Finanças Públicas. Crimes de Responsabilidade. (arts. 312 a 359)
25) Crimes de abuso de autoridade – Leis nº 4.898 e 5.249/67.	...
26) Crimes previstos na Lei de Drogas (Lei nº 11.343/2006)	...
27) Crimes hediondos - Lei nº 8.072/90.	...
28) Contravenções penais - Decreto-Lei nº 3.688/41.	...
29) Contra a ordem econômica, tributária e relações de consumo - Leis nº 8.137/90 e 8.176/91.	Crimes Tributários.
30) Crimes contra a Criança e Adolescente (Lei nº 8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente - artigos 228 a 244-B)	...
31) Contravenções sobre as loterias - Decreto - Lei nº 6.259/44.	...
32) Crimes de Tortura (Lei nº 9.455/97).	...
33) Lei nº 10.826/2003 – Estatuto do Desarmamento	...
34) Lei nº 9.503/97 – cap. XIX (Código de Trânsito Brasileiro).	...
35) Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06)	Lei Maria da Penha (L. 11.340/06)
...	Crimes em licitações – arts. 89 a 99 da Lei 8.666/93.
...	Organizações criminosas (Lei 12.850/13).
...	Crimes de Lavagem de Dinheiro (L. 9.613/98).
...	Crimes cometidos por prefeitos e vereadores.

CONCLUSÃO: drástica redução de conteúdo do novo edital em relação ao anterior.

CAPITÃO - COMPARATIVO DE EDITAIS CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DIREITO PENAL MILITAR	
EDITAL DE 2012	EDITAL DE 2018
1) Crime militar	Crime Militar
2) Princípios gerais do Direito Penal Militar	Princípios Gerais do Direito Penal Militar
3) Excludentes de antijuridicidade	Excludentes de antijuridicidade
4) Imputabilidade penal, concurso de pessoas e concurso de crimes	Imputabilidade penal, concurso de pessoas e concurso de crimes
5) Espécies de pena; Institutos da suspensão condicional da pena e livramento condicional; Medidas de segurança	Espécies de pena; Institutos da suspensão condicional da pena e livramento condicional; Medidas de segurança
6) Ação penal nos casos de crime militar	Ação penal nos casos de crime Militar
7) Aspectos contemporâneos da legislação penal militar	Aspectos contemporâneos da legislação penal Militar
8) Crimes contra a autoridade ou disciplina militar	Crimes contra a autoridade ou disciplina Militar
9) Crimes contra o serviço militar e o dever militar	Crimes contra o serviço Militar e o dever Militar
10) Crimes contra a pessoa	Crimes contra a pessoa
11) Crimes contra a incolumidade pública	Crimes contra a incolumidade pública
12) Crimes contra a Administração Militar	Crimes contra a Administração Militar
...	Crimes contra o patrimônio

CONCLUSÃO: acréscimo de um ponto em relação ao edital anterior.

DIREITO PROCESSUAL PENAL MILITAR	
EDITAL DE 2012	EDITAL DE 2018
1) Da ação Penal Militar	Da ação Penal Militar
2) Princípios do Direito Processual Militar	Princípios do Direito Processual Militar
3) Foro Militar e Competência	Foro Militar e Competência
4) Do Inquérito Policial Militar	Do Inquérito Policial Militar
5) Das Testemunhas	Das Testemunhas
6) Da Busca e Apreensão	Da Busca e Apreensão
7) Da Prisão	Da Prisão
8) Da Prisão em flagrante	Da Prisão em flagrante
9) Do Processo Ordinário	Do Processo Ordinário
10) Do Processo Especial (Do Processo de Deserção)	Do Processo Especial (Do Processo de Deserção)

CONCLUSÃO: conteúdo programático de 2018 IDÊNTICO ao de 2012.

CAPITÃO - COMPARATIVO DE EDITAIS

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	
EDITAL DE 2012	EDITAL DE 2018
Do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90): Parte Geral: Das disposições preliminares (Título I); Dos Direitos Fundamentais (Título II); Da prevenção (Título III). Parte Especial: Da prática de ato infracional (Título III); Do Conselho Tutelar (Título V); Do Acesso à Justiça (Título VI); Dos crimes e das infrações administrativas (Título VII).	Do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90): Parte Geral: Das disposições preliminares; Dos Direitos Fundamentais; Da prevenção. Parte Especial: Da prática de ato infracional (disposições gerais, dos direitos individuais, das garantias processuais, das medidas socioeducativas); Do Conselho Tutelar; Do Acesso à Justiça (disposições gerais, Justiça da Infância e da Juventude); Dos Procedimentos (da apuração de ato infracional atribuído ao adolescente); Do Ministério Público; Dos crimes e das infrações administrativas.

CONCLUSÃO: conteúdo programático de 2018 IDÊNTICO ao de 2012.

DIREITO CONSTITUCIONAL	
EDITAL DE 2012	EDITAL DE 2018
1) Direito Constitucional: Conceito, objeto. Constituição: Conceito, classificação das constituições: quanto à origem e quanto ao processo de reforma; objeto e conteúdo das constituições, elementos das constituições. Vigência, legitimidade e eficácia. Supremacia material e supremacia formal. O Princípio da hierarquia das normas constitucionais. Hermenêutica constitucional. Poder constituinte. O poder estatal e o poder constituinte. Espécies: poder originário e derivado. Controle de constitucionalidade das leis e das omissões legislativas.	Direito Constitucional. Teoria da Constituição: conceito e concepções. Classificação das Constituições. Aplicabilidade das normas constitucionais. Direito constitucional intertemporal. Interpretação constitucional.
2) Constituição de República Federativa do Brasil: Princípios fundamentais e normas. República Federativa do Brasil, Poder e Divisão de poderes, Estado Democrático de Direito, Regime Político, Democracia. Direitos e garantias fundamentais: individuais e coletivos. Repartição de competências legislativas e executivas. Organização do Estado: União, Estados, Municípios: Intervenção. Administração Pública: Servidores Públicos. Organização dos poderes: Poder legislativo: Congresso Nacional, Câmara dos Deputados, Senado Federal, Deputados e Senadores: Comissões. Processo legislativo: emenda à Constituição, leis. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária, Poder Executivo: Presidente e Vice-presidente da República: atribuições, responsabilidade. Ministros de Estado. Poder judiciário: órgãos, garantias e competências. Funções essenciais à justiça: Ministério Público. Advocacia e Defensoria Pública. Aplicabilidade e eficácia das normas constitucionais. Direitos humanos fundamentais. Noção de direitos humanos, origem e evolução. A constitucionalização do direito internacional dos direitos humanos. Direitos individuais, políticos, econômicos e sociais, direito de solidariedade. Nacionalidade e cidadania. Intervenções. Governo representativo. Sistema presidencial e parlamentar.	Poder Constituinte. Conceito. Espécies. Reforma constitucional. Emenda e revisão. Limites formais, circunstanciais e materiais. Teoria dos Direitos Fundamentais. Cláusula de abertura constitucional e a incorporação de Tratados internacionais de proteção dos direitos humanos. Regime constitucional dos direitos fundamentais. Colisão de direitos fundamentais e Princípio da Dignidade humana. Direitos e deveres individuais e coletivos. Direitos sociais. Direitos de Nacionalidade. Direitos políticos. Instrumentos de exercício da participação popular. Lei nº 9.709/98. Inelegibilidades. Lei Complementar nº 64/90 e Lei Complementar nº 135/10. Partidos políticos. Lei nº 9.096/95. Código Eleitoral. Lei nº 4.737/65. Lei das Eleições. Lei nº 9.504/97. Federação brasileira. União, Estados-membros, Distrito Federal e Municípios. Sistema federativo brasileiro. Repartição de competências. União, Estados, Distrito Federal e Municípios. Intervenção federal e estadual. Administração Pública. Princípios constitucionais. Servidores públicos. Poder Legislativo. Estrutura e competências. Direitos políticos e partidos políticos. Sufrágio: natureza e forma. Orçamento: princípios e regras constitucionais. Fiscalização financeira e orçamentária. Comissões Parlamentares de Inquérito. Responsabilidade dos parlamentares. Imunidade parlamentar. Crimes comuns e de responsabilidade dos parlamentares. Processo legislativo. Espécies Legislativas. Tribunais de Contas. Poder Executivo. Estrutura e competências. Responsabilidade do Presidente da República. Poder Judiciário. Estrutura e competências.

CAPITÃO - COMPARATIVO DE EDITAIS

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

	Garantias e vedações dos magistrados. Conselho Nacional de Justiça. Funções essenciais à justiça. Ministério Público. Advocacia Pública. Advocacia.
3) Constituição do Estado do Rio Grande do Sul: Princípios Fundamentais. Organização Do Estado: Municípios: Intervenção, Região metropolitana, aglomerações urbanas e microrregiões. Administração Pública: Servidores Públicos. Organização dos Poderes: poder legislativo: atribuições da Assembleia Legislativa, Deputados, Comissões. Processo legislativo: emenda à Constituição, leis, iniciativa popular. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária, Poder Executivo: Governador e Vice-Governador: atribuições, responsabilidades, secretários de Estado: atribuições. Demais disposições relacionadas a cada um dos itens abaixo.	...
4) Remédios Constitucionais: Direito de petição, direito de certidões, "habeas corpus", mandado de segurança individual e coletivo, mandado de injunção, ação popular "habeas data" e "habeas corpus". A Lei n.º 12.016/2009. Liminares e legislação extravagante.	Ações Constitucionais. Habeas Corpus. Mandado de Segurança individual e coletivo. Mandado de injunção. Lei n.º 13.300/2016. Habeas data. Ação Popular. Lei n.º 4.717/65. Ação Civil Pública.
5) Súmulas do Supremo Tribunal Federal.	Controle de constitucionalidade. Sistema brasileiro de Controle de Constitucionalidade. Controle da constitucionalidade por ação. Via de ação direta de constitucionalidade. Lei nº 9.868/99. Via de exceção ou defesa. Recurso extraordinário e repercussão geral. Controle da constitucionalidade por omissão. Ação Direta de Constitucionalidade por omissão. Mandado de Injunção. Ação Declaratória de Constitucionalidade. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental. Lei nº 9.882/99. Súmula vinculante. Lei nº 11.417/06. Reclamação.
6) Controle de constitucionalidade: Difuso e concentrado. Inconstitucionalidades. Efeitos da declaração de inconstitucionalidade.	
...	Forças armadas. Segurança pública. Ordem econômica. Princípios gerais. Política urbana. Ordem social. Seguridade social. Saúde e Previdência. Educação, Cultura e desporto. Ciência e tecnologia. Comunicação social. Meio ambiente. Família, criança, adolescente e idoso. Índios.
...	Defesa do Estado e das instituições democráticas. Estado de defesa e estado de sítio.

CONCLUSÃO: redução de um e acréscimo de dois pontos em relação ao edital anterior.

DIREITO CIVIL	
EDITAL DE 2012	EDITAL DE 2018
Fontes e aplicação da lei civil. Interpretação. Lei de introdução ao Código Civil. Relação jurídica. Conceito e elementos. Relação jurídica. Conceito e classificação. Pessoa natural e pessoa jurídica. Os bens como objeto da relação jurídica. Bens, patrimônio e esfera jurídica. Classificação.	Fontes e aplicação da lei civil. Interpretação. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. Conflito de leis no tempo e no espaço. Critérios de solução de antinomias normativas. Relações entre a Constituição e o Código Civil. As pessoas como sujeito da relação jurídica. Conceito. Classificação. Direitos da personalidade. Pessoa natural e pessoa jurídica. Os bens como objeto da relação jurídica. Bens, patrimônio e esfera jurídica. Classificação de bens.
Fatos jurídicos. Conceito e classificação. Atos jurídicos "stricto sensu" e negócio jurídico. Conceito e distinção. Existência, validade e eficácia. Fatos ilícitos. Exclusão da ilicitude. Exercício regular de direito, estado de necessidade e legítima defesa. Abuso de direito. Prescrição e decadência. Distinção.	Fatos jurídicos. Conceito e classificação. Atos jurídicos stricto sensu e negócio jurídico. Conceito, distinção e classificação. Existência, validade e eficácia. Nulidade e anulabilidade. Convalidação e conversão dos atos jurídicos. Fatos ilícitos. Ilícito absoluto e relativo. Imputabilidade. Exclusão da

CAPITÃO - COMPARATIVO DE EDITAIS

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

	ilicitude. Abuso de direito. Influência do tempo nas relações jurídicas. Prescrição. Decadência. Termo legal e presuntivo.
Posse. Conceito, classificação. Aquisição e perda. Efeitos da posse. Propriedade. Conceito, noções gerais. Função social da propriedade. Aquisição e perda. Restrições ao direito de propriedade. Direitos reais sobre a coisa alheia. Enfitese. Servidões. Usufruto. Penhor. Hipoteca. Direito real de uso.	Direitos reais e obrigacionais. Conceito, natureza e distinção. Posse. Conceito, classificação, aquisição e perda. Efeitos da posse. Propriedade. Conceito. Noções gerais. Função social da propriedade. Aquisição e perda. Restrições ao direito de propriedade. Condomínio. Propriedade intelectual e direitos autorais. Marcas e patentes. Parcelamento do solo urbano e rural. Direitos reais sobre coisa alheia. Enfitese, servidões, usufruto, penhor e hipoteca.
O Direito das Obrigações: princípios gerais. Obrigações: conceito, elementos e caracteres. Modalidades. Formação e adimplemento da obrigação. Plano do nascimento e de cumprimento da relação obrigacional. Consequências da inexecução. Liquidação das obrigações. Transmissão das obrigações. Cessão de crédito.	Princípios gerais do direito das obrigações. Obrigações. Conceito, elementos e caracteres da obrigação. Modalidades, formação e adimplemento da obrigação. Planos de nascimento e de cumprimento da relação obrigacional. Negociações preliminares e pré-contrato. Consequências da não-execução. Liquidação das obrigações. Transmissão das obrigações. Cessão de crédito.
Contratos. Noções gerais. Conceito e classificação. Contratos em espécie.	Contratos. Princípios contratuais. Noções gerais, conceito e classificação. Formação, efeitos e extinção. Peculiaridades dos contratos bilaterais. Condições gerais de negócio e contrato de adesão. Contrato tipo. Contrato preliminar. Estipulação em favor de terceiros. Responsabilidade contratual do Estado. Contratos em espécie. Compra e venda, permuta, empreitada, doação, locação, mútuo, comodato, depósito, mandato, gestão de negócios, sociedade, seguro, fiança e transporte. Contratos de prestação de serviços em geral. Obrigações por declaração unilateral de vontade. Enriquecimento sem causa. Obrigações por atos ilícitos.
Responsabilidade civil. Conceito, fundamentos e pressupostos. Espécies e efeitos da responsabilidade civil.	Responsabilidade civil. Responsabilidade civil do Estado. Conceito, fundamentos e pressupostos. Espécies e efeitos da responsabilidade civil. Repercussão civil da decisão prolatada em processo criminal. Danos patrimoniais e extrapatrimoniais. Tipos. Satisfação.
Sucessão legítima e testamentária. Noções gerais.	...
Direito de Empresa. Função Social da Empresa.	...

CONCLUSÃO: redução de dois temas (sucessões e direito de empresa), mas maior explicitação dos assuntos comuns dos dois editais. Atenção para “propriedade” e “contratos”.

LEGISLAÇÃO APLICADA À FUNÇÃO	
EDITAL DE 2012	EDITAL DE 2018
LEI COMPLEMENTAR Nº 10.990, de 18 de agosto de 1997 e suas alterações. Estatuto dos Servidores Militares.	Lei Complementar Estadual (RS) nº 10.990, de 18 de agosto de 1997 e Lei Complementar nº. 15.019/2017, que dispõe sobre o Estatuto dos Militares Estaduais e dá outras providências.
LEI ORDINÁRIA Nº 10.991, de 18 de agosto de 1997. Lei de Organização Básica da Brigada Militar.	Lei de Organização Básica da Brigada Militar. Lei Complementar nº 10.991/97, Lei nº. 11.736/2002
LEI COMPLEMENTAR Nº 10.992/97, de 18 de agosto de 1997. Plano de Carreira dos Servidores Militares.	Lei Complementar nº 10.992/97, com alteração pela Lei Complementar nº. 12.374/2005 – Plano de Carreira dos Servidores Militares
DECRETO Nº 43.245, de 19 de julho de 2004. Regulamento Disciplinar da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul.	Decreto nº 43.245, de 19 de julho de 2004 - Regulamento Disciplinar da Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul.

CONCLUSÃO: manutenção do conteúdo programático do edital anterior, com as atualizações legislativas posteriores.

CAPITÃO - COMPARATIVO DE EDITAIS

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DIREITO ADMINISTRATIVO	
EDITAL DE 2012	EDITAL DE 2018
1) Direito Administrativo: conceito, princípios. Fontes. Interpretação. Sistema de Direito Administrativo.	Conceito de direito administrativo. Origem e desenvolvimento histórico do direito administrativo. Fontes do direito administrativo. Constitucionalização do direito administrativo. A lei: preferência legal e reservas legais. Regulamentos: espécies e limites do poder regulamentar.
2) Administração pública: Decreto Lei 200/1967. Da administração pública federal. Dos princípios fundamentais. Do Planejamento, Do Orçamento-Programa E Da Programação Financeira. Da supervisão ministerial. Dos sistemas de atividades auxiliares. Da presidência da república. Dos ministérios e respectivas áreas de competência. Da segurança nacional. Das forças armadas. Das Normas De Administração Financeira E De Contabilidade. Das disposições referentes ao pessoal civil. Da reforma administrativa. Das medidas especiais de coordenação. Das disposições gerais. Das disposições transitórias. Das disposições finais.	Administração Pública. Definição de Administração Pública em sentido subjetivo ou orgânico, Administração Pública em sentido objetivo ou material, Administração Pública em sentido formal. Entes administrativos. Administração Pública Direta e Indireta. Órgãos Públicos. Autarquia, Empresa Pública, Sociedade de Economia Mista, Fundação pública e fundação instituída e mantida pelo Poder Público. Entidade subsidiária de pessoa jurídica da Administração Indireta. Sociedade controlada direta ou indiretamente pelo Poder Público. Sociedade sob controle compartilhado entre o Poder Público e sociedade privada. Sociedade com participação minoritária do Poder Público.
3) Deveres e poderes administrativos: natureza do poder administrativo; o uso e o abuso do poder, arbitrariedade, excesso de poder, desvio de finalidade, abuso de poder. Poderes administrativos: vinculado, discricionário, disciplinar, regulamentar.	Poderes administrativos. Poder vinculado e poder discricionário. Poder hierárquico. Poder disciplinar. Poder regulamentar. Poder de polícia. Conceito. Objeto e finalidade. Atributos. Sanções de polícia. Condições de validade.
4) Serviços públicos: Lei 8.987/95. Das disposições preliminares. Do serviço adequado. Dos direitos e obrigações dos usuários. Da política tarifária. Da licitação. Do contrato de concessão. Dos encargos do poder concedente. Dos encargos da concessionária. Da intervenção. Da extinção da concessão. Das permissões. Disposições finais e transitórias. Natureza dos serviços no Estado Social versus Estado Neoliberal. Lei 9.074/95. Lei. 9.648/98. Lei 9.791/99. Lei 11.196/2005. Lei 11.445/2007.	Serviço Público. Conceito e classificação. Centralização, descentralização e desconcentração de serviços públicos. Execução direta e indireta. Concessão e permissão de serviços públicos. Autorização de atividades econômicas reguladas (serviços públicos impróprios). Serviços Públicos exclusivos e não exclusivos. Serviço adequado. Direitos e deveres do usuário de serviços públicos. Equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. Encargos do poder concedente e da concessionária. Leis nº 8.987/95 e nº 9.074/95. Parcerias Público-Privadas - Lei nº 11.079/04. Serviços Públicos pela via dos Consórcios Públicos. Lei nº 11.107/05.
5) Atos administrativos: Conceito. Requisitos. Mérito do ato. Atributos: presunção de legitimidade, imperatividade, autoexecutoriedade. Classificação: atos de império, atos de gestão, atos de expediente, atos vinculados e discricionários. Espécies de atos: atos normativos, atos ordinatórios, negociais, enunciativos e punitivos. Exteriorização dos atos administrativos. Teoria dos motivos determinantes. Invalidação: revogação, anulação.	Ato administrativo. Elementos e classificação. Atributos. Espécies. Existência, validade e eficácia. Mérito do ato administrativo. Extinção. Revogação, anulação, caducidade e cassação. Interesse público primário e secundário.
6) Contratos Administrativos: Conceito, Objeto, características: formalismo, contrato de adesão, pessoalidade. Regime jurídico, espécies: de obra pública, de serviços, de fornecimento, de concessão e permissão. Convênios. Alteração unilateral: equilíbrio econômico financeiro. Fiscalização da execução. Aplicação direta das sanções. Exigência de garantia. Prazo de duração e prorrogação. Responsabilidade pela execução e respectivos encargos. Recebimento do objeto. Extinção. Teoria da imprevisão: causas que justificam a inexecução do contrato: caso fortuito e força maior, fato do príncipe, fato da administração.	Contratos administrativos. Conceito, espécies e regime jurídico. Formalização. Alteração do contrato administrativo por ato unilateral da Administração Pública e por acordo entre as partes. Execução e inexecução do contrato administrativo. Convênios administrativos. Regime Diferenciado de Contratação. Lei nº. 8.666/93 e alterações. Lei nº 12.462/11.
7) Domínio público: Conceito, classificação e regime jurídico dos bens públicos. Aquisição, utilização e alienação. Imprescritibilidade, impenhorabilidade e oneração. Aquisição pela Administração. Patrimônio histórico, artístico e cultural. Proteção ambiental: controle de poluição, preservação de recursos naturais, restauração dos elementos destruídos.	Bens públicos em espécie. Uso comum e usos privativos de bem público por particular.

CAPITÃO - COMPARATIVO DE EDITAIS

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

<p>8) Intervenção na propriedade: Modalidades de intervenção, competências, procedimentos interventivos. Desapropriação, processo expropriatório, indenização, pagamento, desvio de finalidade, anulação da desapropriação, retrocessão, desistência. Servidão administrativa. Requisição. Ocupação temporária. Limitação administrativa. Tombamento.</p>	<p>Intervenção do Estado na propriedade: limitações administrativas, requisição de uso, servidão administrativa, tombamento, desapropriação. Conceitos. Requisitos. Regimes jurídicos da desapropriação: geral, sancionatório-urbanístico, para fins de reforma agrária e sancionatório-confiscatório. Intervenção do Estado no domínio econômico. Conceito e espécies. O Estado como regulador, planejador e controlador. Agências de regulação. O Estado na exploração da atividade econômica.</p>
<p>9) Desapropriação. Conceito. Espécies. Competências. Requisitos constitucionais. Necessidade pública, utilidade pública e interesse social. Desapropriação para fins da reforma agrária;</p>	<p>...</p>
<p>10) Controle da Administração: administrativo: conceito, objetivo, instrumentos: direito de petição, pedido de reconsideração, reclamação administrativa, recurso administrativo, coisa julgada administrativa, legislativo: conceito, objetivo, meios: comissão parlamentar de inquérito, pedido de informação, convocação de autoridades, participação na função administrativa, função jurisdicional, fiscalização contábil, financeira e orçamentária, e judiciário: conceito, objetivo, extensão, fundamentos, instrumentos de controle jurisdicional: mandado de segurança, ação popular, habeas data, mandado de injunção, ação civil pública.</p>	<p>Controle da Administração Pública. Controles internos e externos. Controles administrativo, legislativo e jurisdicional. A decadência do direito de invalidação dos atos administrativos. Legislação de Processo Administrativo Federal.</p>
<p>11) Improbidade Administrativa: Lei 8.429/1992. Base constitucional e regulamentação legal. Sujeitos ativos e sujeitos passivos. Atos de improbidade administrativa. Natureza das sanções cominadas e cumulação de instâncias. Sanções aplicáveis. Declaração de bens. Procedimentos administrativos. Ações judiciais. Juízo competente. Prescrição. Lei 9.366/96. Medida provisória 2.225-45/2001. Lei 11.107/2005. Lei 12.120/2009.</p>	<p>Improbidade Administrativa. Lei nº 8.429/92. Legislação de Compliance. Lei nº 12.846/13. Responsabilidade administrativa e civil das sociedades e seus gestores. Natureza da responsabilidade, requisitos, procedimentos, sanções aplicáveis e limites. Competências administrativas e competências judiciais.</p>
<p>12) Licitação. Lei 8666/1993. Das Disposições Gerais. Da Licitação. Dos Contratos. Das Sanções Administrativas e Da Tutela Judicial. Dos Recursos Administrativos. Disposições Finais e Transitórias. Modalidades; procedimento licitatório (fases); dispensa e inexigibilidade, nulidade e revogação. Lei 10.520/2002. Lei 8.883/94. Lei 9.032/95. Lei 9.648/98. Lei 9.854/99. Lei 11.079/2004. Lei 11.196/2005. Lei 11.484/2007. Lei 11.783/2008. Lei 11.952/2009. Lei 12.188/2010. Lei 12.349/2010. Lei 12.440/2011.</p>	<p>Licitação. Modalidades. Tipos. Procedimento licitatório. Inexigibilidade e dispensa. Revogação e anulação.</p>
<p>13) Servidores Públicos: Lei 8.112/90. Das disposições preliminares. Do Provimento, Vacância, Remoção, Redistribuição e Substituição. Dos Direitos e Vantagens. Do regime disciplinar. Do processo administrativo disciplinar. Da seguridade social do servidor. Da Contratação Temporária de Excepcional Interesse Público. Das disposições gerais. Das disposições transitórias e finais. Lei 8.270/91. Lei 8.216/91. Lei 8.745/93. Lei 9.515/97. Lei 9.527/97. Lei 9.624/98. Lei 11.784/2008. Emenda Constitucional 19/98. Decreto 3644/2000. Medida provisória 2.225-45/2001. Lei 10.470/2002. Lei 10.667/2003. Lei 11.094/2005. Lei 11.355/2006. Lei 11314/2006. Lei 11.302/2006. Lei 11490/2007. Lei 11.501/2007. Lei 6.691/2008. Lei 6.690/2008. Lei 11.907/2009. Lei 12.269/2010. Lei 12.300/2010. Lei 12.527/2011. Regime jurídico dos servidores civis e militares estaduais. Regime previdenciário.</p>	<p>Agentes públicos. Agentes políticos. Servidores públicos. Empregados públicos. Funções públicas. Cargos em comissão e funções de confiança. Regime constitucional dos agentes públicos: formas de provimento, direitos, deveres, vantagens e responsabilidade.</p>
<p>14) Estatuto e Regime Jurídico Único dos Servidores do Estado do RS: Lei Complementar 10.098/94. Das disposições preliminares. Do provimento, promoção, vacância, remoção e redistribuição. Dos direitos e vantagens. Do regime disciplinar. Do processo administrativo</p>	<p>Direito Administrativo Disciplinar. Conceito. Princípios aplicáveis. Ilícito administrativo e penalidade. Prescrição. Processo Administrativo. Princípios. Processo Administrativo-Disciplinar.</p>

CAPITÃO - COMPARATIVO DE EDITAIS

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

disciplinar. Da previdência e assistência ao servidor. Da contratação temporária de excepcional interesse público. Das disposições gerais, transitórias e finais.	
15) Responsabilidade civil do Estado: Conceito. Teorias. Evolução doutrinária e jurisprudencial. Reparação do dano e direito de regresso. Serviços concedidos. Falha na fiscalização. Código de Defesa do Consumidor. Constituição Federal de 1988. Indenização. Ação regressiva.	Responsabilidade civil do Estado e dos prestadores de serviços públicos. Responsabilidade civil extracontratual do Estado. Responsabilidade civil extracontratual por ato legislativo. Responsabilidade civil extracontratual por ato jurisdicional. Responsabilidade civil extracontratual da Administração Pública. Pressupostos. Responsabilidade por ato comissivo e por ato omissivo. Ação regressiva e denúncia à lide. Responsabilidade extracontratual das concessionárias e permissionárias de serviços públicos. Responsabilidade subsidiária e responsabilidade solidária do Estado. Prescrição administrativa. Decreto nº 20.910/32 e Decreto-lei nº 4.597/42.
16) Responsabilidade administrativa: civil e penal do servidor público.	Comunicabilidade das instâncias penal, administrativa e civil. Aplicação subsidiária do Código de Processo Penal. Interrogatório, acareação e prova. Nulidades e recursos. Responsabilidades dos agentes públicos.
17) Administração ambiental. Competência ambiental da União e dos Estados. Sistema Nacional do Meio Ambiente. Estudo e relatório de impacto ambiental. Licenciamento ambiental. Infrações administrativas ambientais; Reparação civil e dano ecológico. Poluição. Florestas. Fauna. Águas. Subsolo e espaço aéreo. Lei 6938/81. Lei 9.605/98. Decreto 6.514/98.	...
18) Direito Administrativo da Segurança Pública. Segurança pública no Estado Democrático de Direito.	...
19) Ordem pública e ordem social. Poder de polícia. Lei 4.898/65 Lei 7960/89. Sistema de Segurança Pública: órgãos policiais e competências constitucionais e administrativas.	...
...	Princípios básicos da atividade administrativa. Legalidade. Impessoalidade. Moralidade. Publicidade.
...	Lei de Acesso à Informação e regulamentação. Lei nº 12.527/11 e Decreto nº 7.724/12. Eficiência. Motivação. Razoabilidade. Proporcionalidade. Segurança jurídica e proteção da confiança. Contraditório e ampla defesa.

CONCLUSÃO: redução de três temas e acréscimo de dois novos.

DIREITO INTERNACIONAL E DIREITOS HUMANOS	
EDITAL DE 2012	EDITAL DE 2018
1) Direito Internacional Público. Fundamento. Conceito. Fontes. Princípios.	Direito Internacional Público. Fundamento. Conceito. Fontes. Princípios.
2) Estado. Conceito. Elementos constitutivos. Formação. Classificação. Reconhecimento na Ordem Internacional. Território. Povo. Nação. Pátria. Governo. Direitos e deveres na órbita internacional. Responsabilidade internacional. Sanções.	Estado. Conceito. Elementos constitutivos. Formação. Classificação. Reconhecimento na Ordem Internacional. Extinção. Sucessão. Território. Povo. Nação. Pátria. Governo. Direitos e deveres na órbita internacional. Responsabilidade internacional. Sanções.
3) Guerra. Conceito. Declaração. Término. Crimes de Guerra. Guerra e direitos fundamentais. Neutralidade. Terrorismo.	Guerra. Conceito. Declaração. Término. Crimes de Guerra. Guerra e direitos fundamentais. Neutralidade. Terrorismo.

CAPITÃO - COMPARATIVO DE EDITAIS

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

4) Domínio público internacional. Mar. Águas interiores. Mar territorial. Zona contígua. Zona econômica. Plataforma continental. Lei n.º 8.617/93. Alto-mar. Rios internacionais. Espaço aéreo. Princípios elementares. Normas convencionais. Nacionalidade das aeronaves.	Domínio público internacional. Mar. Águas interiores. Mar territorial. Zona contígua. Zona econômica. Plataforma continental. Alto-mar. Rios internacionais. Espaço aéreo. Princípios elementares. Normas convencionais. Nacionalidade das aeronaves. Espaço extra-atmosférico.
5) Personalidade internacional. Estado, Bloco Regional e Organizações internacionais. Conceito. Natureza jurídica. Elementos caracterizadores. Espécies. População.	Personalidade internacional. Estado, Bloco Regional e Organizações internacionais. Conceito. Natureza jurídica. Elementos caracterizadores. Espécies. População.
6) Imunidade à jurisdição estatal. Consulados e embaixadas. Agentes diplomáticos. Cônsules. Funcionários de Embaixadas e de Consulados. Convenção de Viena sobre relações diplomáticas (1961). Convenção de Viena sobre Relações Consulares (1963).	Imunidade à jurisdição estatal. Consulados e embaixadas. Agentes diplomáticos. Cônsules. Funcionários de Embaixadas e de Consulados.
7) Nacionalidade. Fundamento jurídico. Teorias. Princípios. Espécies. Normas. Conceito. Aquisição. Nacionalidade e cidadania. Reciprocidade e controle jurisdicional. Nacionalidade brasileira. Estrangeiro. Conceito. Ingresso no território nacional. Vistos. Deportação. Expulsão. Extradicação. Asilo. Refúgio. Constituição da República Federativa do Brasil. Lei n.º 6.815/80.	Nacionalidade. Fundamento jurídico. Teorias. Princípios. Espécies. Normas. Conceito. Aquisição. Nacionalidade e cidadania. Reciprocidade e controle jurisdicional. Nacionalidade brasileira. Conceito. Ingresso no território nacional. Vistos. Deportação. Expulsão. Extradicação. Asilo. Refúgio. Pessoa jurídica. Teorias e legislação. Empresas binacionais. Tratados multilaterais.
8) Organização das Nações Unidas – ONU. História. Natureza. Propósitos e finalidades. Princípios. Membros. Órgãos e organismos especializados. Carta da ONU.	Organização das Nações Unidas – ONU. História. Natureza. Propósitos e finalidades. Princípios. Membros. Órgãos e organismos especializados. Carta da ONU.
9) Organização dos Estados Americanos – OEA. História. Natureza. Propósitos e finalidades. Princípios. Membros. Carta da OEA.	Organização dos Estados Americanos – OEA. História. Natureza. Propósitos e finalidades. Princípios. Membros. Órgãos e organismos especializados. Conferências especializadas. Carta da OEA.
10) Direito dos Tratados. Convenções de Viena (1969 e 1986). Tratado, Convenção, Pacto, Acordo, Carta, Protocolo, Declaração, Estatuto, Código. Conceito. Reservas. Emendas. Validade. Invalidez. Efeitos. Ratificação. Promulgação. Registro. Publicidade. Vigência. Eficácia. Interpretação. Incorporação ao Direito Interno. Violação. Conflito com normas de Direito Interno. Extinção.	Direito dos Tratados. Convenções de Viena (1969 e 1986). Atos internacionais. Tratado, Convenção, Pacto, Acordo, Acordo por troca de notas, Acordo do Executivo, "Gentlemen's agreements", Carta, Protocolo, Ata, Declaração, "Modus vivendi", Arranjo, Concordata, Reversais, Ajuste, Convênio, Compromisso, Estatuto, Regulamento, Código, Constituição, Contrato e Memorando de Entendimentos. Conceito. Processo de formação. Reservas. Emendas. Validade. Invalidez. Efeitos. Ratificação. Promulgação. Registro. Publicidade. Vigência. Eficácia. Interpretação. Incorporação ao Direito Interno. Violação. Conflito com normas de Direito Interno. Extinção. Conflitos internacionais. Conceito. Meios de solução. Diplomáticos, políticos, jurisdicionais e arbitragem internacional. Cortes internacionais. Meios coercitivos e sanções internacionais. Tratado Interamericano de Assistência Recíproca. Direito Comunitário. Formas de integração. Organizações Regionais e Supranacionais. União Europeia. História. Membros. Mercado Comum do Sul – Mercosul. História. Membros. Características. Elementos institucionais. Protocolo de Ouro Preto. Protocolo de Olivos. Protocolo de Las Leñas. Autoridades centrais. Tribunal Penal Internacional. História. Estatuto de Roma. Competência. Estrutura. Procedimento. Natureza das decisões. Relação com a jurisdição interna. Delitos internacionais.
11) Direitos Humanos. Conceitos. Dimensões ou gerações. Direito Positivo e Direito Natural. Histórico. Documentos internacionais históricos. Direitos Humanos e Direitos Fundamentais. Constituição da República Federativa do Brasil.	Direitos Humanos. Conceitos. Dimensões ou gerações. Direito Positivo e Direito Natural. Histórico. Documentos internacionais históricos.
12) Tratados sobre Direitos Humanos. Posição no Ordenamento Jurídico brasileiro. Teorias. Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.	Tratados sobre Direitos Humanos. Posição no Ordenamento Jurídico brasileiro. Teorias. Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.
13) Sistema Internacional de Proteção dos Direitos Humanos. Proteção Internacional dos Direitos Humanos. A ONU e seus órgãos de proteção aos Direitos Humanos. Carta da ONU. Comitê de	Sistema Internacional de Proteção dos Direitos Humanos. Proteção Internacional dos Direitos Humanos. A ONU e seus órgãos de proteção aos Direitos Humanos. Carta da ONU. Comitê de

CAPITÃO - COMPARATIVO DE EDITAIS

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

Direitos Humanos. Direitos civis, políticos, econômicos e culturais. Mecanismos de implementação. Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948). Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos. Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes. Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra Mulher. Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial. Convenção sobre os Direitos da Criança.	Direitos Humanos. Direitos civis, políticos, econômicos e culturais. Mecanismos de implementação. A Declaração Universal dos Direitos Humanos. Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos. Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Convenção contra a Tortura e outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes. Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra Mulher. Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Racial. Convenção sobre os Direitos da Criança.
14) OEA e proteção aos direitos humanos. Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem (1948). Convenção Americana sobre Direitos Humanos (1969) – Pacto de San Jose da Costa Rica. Protocolo adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em matéria de direitos econômicos, sociais e culturais (1998) – Protocolo de San Salvador.	Sistemas Regionais de Proteção dos Direitos Humanos. Sistema Europeu. Sistema Africano. Sistema Interamericano. OEA e proteção aos direitos humanos. Declaração Americana dos Direitos do Homem. Convenção Americana sobre Direitos Humanos – Pacto de San Jose da Costa Rica. Protocolo Facultativo à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em matéria de direitos Econômicos Sociais e Culturais – Protocolo de San Salvador.
15) Sistema Interamericano de Proteção dos Direitos Humanos. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Competência e Estrutura. Corte Interamericana de Direitos Humanos. Estrutura, funcionamento, competência contenciosa e competência consultiva, efeitos dos julgados. Decisões e Opiniões Consultivas. Casos envolvendo o Brasil.	Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Competência e Estrutura. Corte Interamericana de Direitos Humanos. Estrutura, funcionamento, competência contenciosa e competência consultiva, efeitos dos julgados. Decisões e Opiniões Consultivas. Casos envolvendo o Brasil.
16) Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher (1994) – Convenção de Belém do Pará.	Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher.
17) Protocolo à Convenção Americana sobre a Abolição da Pena de Morte.	Protocolo à Convenção Americana sobre a Abolição da Pena de Morte.
18) Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura.	Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura.
19) Convenção Interamericana sobre o Tráfico Internacional de Menores.	Convenção Interamericana sobre o Tráfico Internacional de Menores.
20) Convenção Interamericana para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as pessoas portadoras de deficiência (1999) – Convenção da Guatemala.	Convenção Interamericana para a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.
21) Uso de algemas. Súmula Vinculante do Supremo Tribunal Federal. Histórico. Precedentes do Supremo Tribunal Federal. Legislação aplicável.	Normas especiais de proteção dos direitos humanos. Princípios Básicos Sobre o Uso da Força e Armas de Fogo pelos Funcionários Responsáveis pela Aplicação da Lei. Regras Mínimas para o Tratamento de Presos. Código de Conduta para os Funcionários Encarregados de Fazer Cumprir a Lei. Prevenção e repressão à violação de direitos. Uso de algemas. Súmulas Vinculantes do Supremo Tribunal Federal. Histórico. Precedentes da Corte
22) Abuso de autoridade (Lei n.º 4.898/65).	...
23) Tortura (Lei n.º 9.455/97).	...
...	Violência contra o idoso. Violência e discriminação fundada em elementos de raça, cor, etnia, religião, origem ou condição de pessoa idosa ou portadora de deficiência. Racismo. Estatuto da Igualdade Racial Estadual e Federal.

CONCLUSÃO: redução de dois temas e acréscimo de alguns novos.

CAPITÃO - COMPARATIVO DE EDITAIS

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

LÍNGUA PORTUGUESA	
EDITAL DE 2012	EDITAL DE 2018
1) Interpretação de texto. Organização textual: relação entre ideias e parágrafos. Identificação de informações literais, de inferências e do ponto de vista do autor. Elementos de coesão textual. Significado de palavras e expressões nos contextos em que ocorrem.	Interpretação de textos: variedade de textos e adequação de linguagem. Estruturação do texto e dos parágrafos. Informações literais e inferências. Estruturação do texto: recursos de coesão. Significação contextual de palavras e expressões.
2) Sintaxe. Relações de coordenação e subordinação. Equivalência de estruturas, incluindo vozes verbais. Regência verbal e nominal. Crase. Concordância nominal e verbal. Emprego e significado de nexos. Emprego de sinais de pontuação: ponto final, dois-pontos, ponto de interrogação, ponto de exclamação, vírgula, aspas, parênteses e travessão.	Sintaxe: processos de coordenação e subordinação. Equivalência e transformação de estruturas. Discurso direto e indireto. Concordância nominal e verbal. Regência verbal e nominal. Crase. Pontuação.
3) Morfologia. Estrutura e formação de palavras. Classes de palavras – aspectos morfológicos e emprego. Valores de prefixos, radicais e sufixos. Famílias etimológicas. Uso de tempos verbais dos modos Indicativo e Subjuntivo, de pronomes, de artigos e de nexos. Flexões de tempo, modo, número, pessoa e gênero.	Morfologia: estrutura e formação de palavras. Classes de palavras e seu emprego. Flexões: gênero, número e grau do substantivo e adjetivo.
4) Aspectos fonéticos e gráficos: ortografia oficial; acentuação gráfica – regras e aplicação. Relação entre fonemas e grafias: encontros consonantais e vocálicos; dígrafos.	Análise global do texto. Ortografia. Relações entre fonemas e grafias. Acentuação gráfica.

CONCLUSÃO: Atual edital mais genérico, mas mantida a estrutura do anterior.